



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Estilhaçando a máscara do silêncio: feminismo negro como a voz que grita novas epistemologias do conhecimento

Ana Paula Inacio Diório

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
anapaula.diorio@ufrb.edu.br

Resumo: Esse texto diz respeito às vivências que tenho experienciado, as quais têm sido responsáveis por uma transformação pessoal, profissional e aos mesmo tempo proporcionado uma vontade de transformar a realidade ou ao menos questioná-la. Como mulher negra e professora universitária sempre me vi descolada dentro das minhas pesquisas acadêmicas e esse desconforto me fez passear por diversas temáticas na área da educação/ensino. Só quando tive a oportunidade de coordenar um projeto chamado “Mulheres de Fibras”, cujo objeto é a formação em feminismo e agroecologia para mulheres rurais do estado da Bahia, despertei para o verdadeiro objetivo da minha vida acadêmica: me aprofundar sobre os estudos de gênero e do feminismo interseccional e decolonial a partir da realidade das mulheres rurais do estado da Bahia, as quais são atingidas por diversos eixos de opressão como: gênero, raça, classe, etnia, geográfico. O contato com autoras negras, leituras, estudos e mesas de debate me fez repensar o caminho acadêmico que anseio trilhar e a militância que desejo construir através da colaboração para pensarmos sobre outras epistemologias do conhecimento dentro e fora da universidade. A necessidade de decolonização do conhecimento é imprescindível para avançarmos na práxis feminista e no projeto de sociedade cujas mulheres negras urbanas e rurais também possam coexistir, ter voz, as humanidades restituídas e “corpo político de conhecimento” numa sociedade estruturalmente racista, patriarcal e assentada em filosofias eurocêntricas que as silenciam.

Palavras-chave: feminismo negro, interseccionalidade, mulheres rurais.

Introdução: Em uma entrevista¹ a Carta Capital no ano de 2017, a escritora Conceição Evaristo ao observar a imagem da escrava Anastácia disse que as mulheres negras têm falado pelos orifícios da máscara e que a potência dessa fala tem o poder de forçar e estilhaçar a máscara que por muito tempo tem tentado nos silenciar. A essa marcante entrevista que faço

referência no título desse trabalho, pois, o sentimento que tive ao travar contato com o feminismo e as feministas negras gerou a sensação de que a fala presa saía pela máscara e pela primeira vez havia coerência total entre a experiência de vida e as escolhas acadêmicas. Aquele incômodo que, as vezes, o fazer acadêmico gera por nos deslocarmos da nossa práxis havia se transformado numa possibilidade concreta de pensar uma mudança de comportamento, de ver o mundo e consequentemente mudar meu fazer como professora, pesquisadora e sujeito social, porque agora compreendo que não há possibilidade desse

¹ Entrevista publicada no blog da Carta Capital em 13/05/2017, última modificação 10/05/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-2017-nossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Pretas e Quilombolas

distanciamento entre o fazer intelectual, o profissional/acadêmico, a militância e as próprias vivências.

Nesse sentido, reafirmo a ideia defendida por Ribeiro (2018), de que o feminismo negro e seu aporte teórico e prático, numa sociedade de classes marcada pelo escravagismo e pelo patriarcado, se torna necessário para pensarmos outro projeto de sociedade, um novo marco civilizatório.

A partir desse lugar de fala, de uma mulher negra, professora universitária, pesquisadora e extensionista nas temáticas de gênero, sexualidade e feminismo negro, especialmente com mulheres rurais do interior da Bahia, me vejo como parte da promoção de mudança através dos projetos que atuo, das aulas e oficinas de formação, das reformulações dos currículos e dos planos de curso e sobretudo da escuta sensível de mulheres negras e rurais, estudantes e/ou trabalhadoras do campo.

Esse relato trará as vivências e experiências pessoais das ações que têm sido desenvolvidas a partir da atuação na universidade e no campo, especialmente, através da extensão universitária, a qual tem contribuído para despertar para a importância e alcance do feminismo negro como promotor de transformações para os coletivos de mulheres trabalhadoras, negras e rurais e que têm tentado através da organização dos grupos produtivos promover estratégias de sobrevivência material, social e política.

Sendo assim, esse artigo tem como principal objetivo aprofundar no debate acerca da importância do feminismo negro como teoria e prática -práxis- capaz de propor novas formas de produção do conhecimento, principalmente, a partir da interseccionalidade entre diferentes eixos de opressão e da capacidade de propor a decolonização do pensamento para a elaboração de novas

epistemologias originárias das ações práticas, do fazer diário para a subsistência de mulheres negras e camponesas.

O termo interseccionalidade foi inaugurado por Kimberlé Crenshaw em 1989 e desde então tem demarcado um paradigma metodológico e teórico de suma importância para o feminismo negro, já que, promove uma compreensão jurídica e ingerências políticas acerca das formas pelas quais as diferentes opressões estruturais se sobrepõem e criam condições de desigualdade às mulheres negras (AKOTIRENE, 2018).

Antes de 1989 Angela Davis já abordava o conceito de interseccionalidade sem denominar o termo. No seu livro *Mulheres, Raça e Classe* de 1981, traduzido e publicado no Brasil em 2016, a autora e feminista norte americana aborda a dinâmica da exclusão capitalista a partir da sua intersecção com o racismo e o sexismo.

Experiências e vivências a partir do projeto de extensão Mulheres de Fibra

O projeto “Mulheres de Fibra: formação em agroecologia para mulheres rurais do estado da Bahia” visa promover ações de formação em agroecologia e feminismo para mulheres agricultoras do interior de quatro territórios de identidade: Vale do Jiquiriça, Portal do Sertão, Recôncavo e Litoral Norte da Bahia, no sentido de visibilizar o trabalho desenvolvido na agricultura familiar, em que os processos de transição agroecológica proporcionam, por um lado, o empoderamento e o fortalecimento da autonomia das mulheres rurais, e por outro, a geração de renda e de segurança alimentar e nutricional das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

famílias.

O termo empoderamento ao qual me refiro diz respeito a síntese de poder desenvolvido e ressignificado a partir das teorias do Feminismo Negro e Interseccional (BERT, 2018). Sendo assim, ao contrário de criar relações paternalistas ou de dependência como alguns autores acreditam, empoderar significa:

[...] condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autoavaliação, autorreconhecimento e autoconhecimento de si e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor [...] (BERTH, 2018, p. 14).

Além disso, o aprofundamento no debate de gênero e feminismo na tentativa de proporcionar a revisão diária de práticas machistas, misóginas e sexistas que são reproduzidas e naturalizadas no interior das famílias, das instituições e do trabalho produtivo e reprodutivo e, principalmente, situar as mulheres rurais na centralidade do trabalho do campo, visto que é bastante comum elas serem consideradas "ajudantes" dos maridos e não terem seu trabalho reconhecido e valorizado pela natureza doméstica que ele ganha pelo tipo de produção mais ligada a própria alimentação, desenvolvida nos espaços das residências de maneira agroecológica.

O esforço para a comercialização ocorre, muitas vezes, de maneira coletiva e colaborativa com outras mulheres, seja através de grupos produtivos formalizados ou apenas organizados por elas informalmente para

potencializar os espaços de acesso ao mercado e proporcionar a geração de renda para elas e para suas famílias.

O debate acerca da categoria trabalho no campo executado por mulheres sempre foi controverso, já que, a partir da reflexão feminista de que a liberação das mulheres passaria necessariamente pela liberação financeira, como "encaixar" as mulheres rurais que atuam na agricultura familiar? Paulino (2016), acredita que elas nunca foram bem "encaixadas" e que há um viés urbano que atravessa as análises sobre trabalho feminino no campo, assim como seus movimentos de luta por direitos como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o movimento sindical e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros.

Nesse sentido, a proposta de formação sugerida pelo projeto me lançou o desafio de pensar como se daria essa dinâmica a partir da interseccionalidade de gênero, raça, classe, geográfica, urbana e rural.

Os encontros de formação para mulheres rurais do Projeto Mulheres de Fibra têm sido desenvolvidos a partir do referencial freiriano e através de uma práxis educativa feminista como base metodológica por meio de diferentes ferramentas capazes de permitir que as experiências sejam faladas a fim de produzir novas teorizações (HOOKS, 2013). Nesse sentido, ganha centralidade a experiência vivida a partir das relações sociais de gênero, de raça – etnia, de classe e as dimensões da sexualidade e geração com foco nos sujeitos do campo e no seu modo de vida e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

trabalho. O debate, acerca do feminismo e da questão de gênero com as mulheres rurais acontece através de um diálogo que considera que suas experiências são geradoras de um processo reflexivo para uma ação política e pedagógica transformadora da realidade e libertadora da opressão.

Entendendo a própria teoria como prática libertadora e tomando a formação sócio-histórica do estado da Bahia e, especialmente do campo brasileiro, temos considerado para esse debate os conceitos e as categorias de análise: desenvolvimento territorial, questão agrária brasileira, educação do campo, agricultura familiar, agroecologia e, sobretudo o feminismo negro e interseccional.

A teoria como prática libertadora pressupõe uma educação que não reproduz o *status quo*, que traz o pensamento crítico, reflexivo e desconstrutivo para os espaços de formação. Mas para isso, se faz necessário reconhecer a diversidade teórica; e ela nada mais é, do que as experiências de vida, os diferentes saberes que circulam nos diferentes espaços e grupos, ou seja, reconhecer que a produção do conhecimento também se dá fora da academia e que é preciso considerar essas teorias e os lugares de fala dessas mulheres.

Além disso, a formação considera a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão universitária como importante forma de promover o diálogo entre a universidade pública e a sociedade, pautado numa metodologia extensionista que permita o fortalecimento

da relação transformadora entre os saberes acadêmicos, os diversos setores da sociedade e seus saberes tradicionais através de um processo de comunicação dialógica e não apenas intervencionista que considere os sujeitos objetos receptores de informações (FREIRE, 1983).

Portanto, a dinâmica das formações são feitas através: 1) exibição do documentário; 2) Utilização de ferramentas que compõe o Diagnóstico Rural Participativo (DRP); 3) Debate ampliado entre as mulheres rurais com mediação de professoras e estudantes da UFRB com intuito de estimular a participação delas através de suas histórias de vida e atuação sociopolíticaracial nas comunidades rurais. Sem perder de vista os marcadores de opressão que elas enfrentam no seu dia-a-dia, como o de gênero, o de classe social e de raça, especialmente, quando se trata de mulheres rurais do interior da Bahia, em sua maioria pobres e negras, algumas quilombolas, as quais têm o racismo como um sistema opressor que dificulta o acesso às políticas públicas de saúde e educação, trabalho e renda e aos espaços institucionais de poder e tomada de decisão na sociedade e algumas vezes nas próprias comunidades.

E por isso, é fundamental lembrar como o modelo econômico, o qual produz uma sociedade de classes e controla, nas mãos de poucos, os meios de produção reforça a opressão dos homens sobre as mulheres, sustenta o patriarcado, o machismo, naturaliza os estereótipos de gênero e a desigualdade social, dificultando a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

organização das mulheres e o trabalho coletivo no campo, sobretudo, desmobilizando a agricultura familiar quando reforça um modelo econômico de exploração de mão de obra através do agronegócio, da expansão do latifúndio, da utilização indiscriminada de agrotóxicos e da monocultura para exportação de comódites. E diante dessa realidade, as mulheres rurais seguem fazendo resistência através de atividades como a manutenção dos bancos de sementes crioulas e de quintais produtivos – atividades agroecológicas de importante protagonismo feminino que têm garantido a soberania alimentar e nutricional e as práticas culturais de diversas comunidades rurais e territórios de identidade.

Os novos caminhos metodológicos trilhados a partir do feminismo negro e decolonial

Era sábado, dez de agosto de 2018 em pleno Pelourinho na cidade de Salvador, de expressiva população negra do Brasil. Após ter podido ouvir, pela primeira vez, um expoente do feminismo negro desse país na atualidade presenciei uma cena transformadora e muito marcante: aquela mulher negra descendo a escadaria do prédio do Senac entre várias outras mulheres negras que tentavam se aproximar dela.

A cena me remeteu ao período entre as décadas de 1980 e 1990, quando a principal referência de grande parte das crianças e jovens brancas e negras brasileiras era a rainha dos baixinhos - Xuxa- descendo a escadaria de uma nave que ela chegava para

apresentar seu programa matinal numa das principais emissoras de TV brasileira. A comparação parece improvável, mas não é. Porque viver as duas situações me mostrou a importância da representatividade, como os meios de comunicação reforçam e ajudam a construir uma ideologia racista e como as mulheres negras foram rejeitadas e apagadas da história e da própria constituição da identidade do povo brasileiro. Não foram referência de beleza nem de sucesso nos nossos imaginários infantis, adolescentes e até adultos.

Almeida (2018) ao abordar como o racismo estrutural se manifesta, destaca quatro elementos centrais: a ideologia, a política, o direito e a economia. Para o autor a ideologia tem um papel fundamental na naturalização do racismo, o que tem operado com muita maestria no Brasil e colaborado para gerar a falsa sensação de democracia racial. O que impediu (e ainda impede) que percebamos o quanto cruel e violento é manter um programa infantil por anos no horário nobre da TV composto unicamente por mulheres brancas que tinha como uma das marcar principais os cabelos lisos e loiros. O que não mudou muito se formos ver os principais núcleos das telenovelas nos horários nobres dessa mesma emissora nos dias atuais.

Por conta disso, precisamos traçar novos caminhos e nos tornarmos protagonistas de nossas histórias junto de outras mulheres reais. E poder presenciar Djamilia Ribeiro como uma referência e sendo admirada por várias mulheres negras na atividade do Senac mostrou que essa nova forma de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

reescrever a história e produzir novas epistemologias tem origem no aprofundamento acerca do feminismo negro e tudo que ele produziu até aqui de práxis educativa na luta por direitos e contra as opressões das mulheres.

Lugones (2014), usa o termo “feminismo descolonial” como forma de superar “colonialidade o gênero”, ou seja, a análise da opressão de gênero racializada e nesse sentido descolonizar o gênero é uma práxis, é fazer a crítica da opressão de gênero racializada.

"A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado (LUGONES, 2014, p. 941).

Carneiro (2003) lembra como o protagonismo das mulheres negras no Movimento Feminista Brasileiro foi de extrema importância para a mudança de perspectiva da Plataforma Política Feminista. Essa Plataforma, reposicionou a luta feminista no Brasil, sobretudo, por ter sido criada a partir de um coletivo de mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais a partir da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília.

Por conta dessas ações, Carneiro (2003) destaca sobre a importância do feminismo para politizar as desigualdades de gênero e além do protagonismo das

mulheres negras e rurais como forma de reivindicação de sua existência num país onde ela sempre foi negada e ainda é uma forma de resistência diante de tantas violências as quais estão expostas.

É importante lembrar que o feminismo negro não é um movimento novo, mas uma batalha travada pelas mulheres desde quando eram escravizadas e já participavam ativamente dos movimento de mulheres do século XIX e da luta antiescravagista. A mulheres escravizadas desafiaram a desumanidade da escravidão, "resistiam aos assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões" (DAVIS, 2016. p. 31).

Em 1851 a única mulher negra presente na convenção de mulheres de Akron, Ohio foi quem proferiu o discurso mais marcante e que até os dias atuais é uma referência para o feminismo negro e interseccional, apesar de não existir essa demarcação teórica no movimento feminista do século XIX, mesmo diante das atrocidades que as mulheres negras sofriam perante a maior opressão existente: o sistema escravagista. Sojourne Truth questionou os homens que duvidavam da capacidade das mulheres e colocavam em cheque a luta sufragista.

Com seu discurso "Não sou eu uma mulher?" Truth usou uma lógica irrefutável para questionar o argumento machista e sexista da "fraqueza feminina" utilizado pelos homens de que as mulheres não subiam em uma carruagem ou sequer pulavam uma poça sem a ajuda de um homem. Ela bradou que ela mesma nunca



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens e ainda continuou: " Arei terra, plantei, enchi celeiros, e nenhuma homem podia sequer se igualar a mim! Não sou eu uma mulher?"

E é embebida por esses sentimentos de respeito, consideração e reafirmação da continuidade das que lutaram no passado que precisamos reescrever nossas histórias trazendo as mulheres negras e rurais, que literalmente sustentam o mundo através da produção de alimentos nos países mais pobres do globo, para a centralidade do debate feminista.

A experiência a partir do projeto Mulheres Fibra deixou evidente como essa construção autônoma das mulheres rurais para enfrentar os desafios diários de uma sociedade opressora que tem no racismo, no machismo e no patriarcado os sustentáculos do capitalismo e da manutenção da sociedade de classes, da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalho doméstico e tudo que está ligado a ele: como a prática agroecológica comum entre as mulheres rurais no espaço das próprias casas.

Algumas considerações

Esse artigo trata-se de um registro de experiências e vivências que nasceram da necessidade prática de atuação com mulheres rurais do interior da Bahia. E com e por elas repensar o lugar do feminismo negro e interseccional na formação de mulheres rurais que, mesmo com um histórico de luta por acesso aos direitos como trabalho, terra e igualdade de gênero, podem ter ficado

alheias ao debate feminista brasileiro que tem uma centralidade urbana bastante expressiva.

Sendo assim, essa relato surge como uma forma de contar mais sobre as descobertas da autora do que das verdadeiras protagonistas de toda essa história. Afinal, foi nas descobertas junto delas que também me descobri como pesquisadora, professora, extensionista, mulher negra e militante do feminismo em todos esses espaços.

A práxis feminista exige que não haja separação entre esses espaços e traz a tona como a teoria deve ser militante e vice-versa. Que não há descolamento entre viver as experiências como mulher negra na vida acadêmica, social, pois há várias eixos de opressão que atuam a todo tempo sobre as identidades e as existências (ou tentativa delas) em países cuja a herança escravagista não nos deixa esquecer por um só segundo como o racismo faz parte de uma estrutura social muito bem elaborada para manter privilégios para os homens brancos, ricos, heterossexuais que são tidos como universais, logo a centralidade do poder e do sucesso.

E por tudo isso, precisamos estilhaçar a máscara do silêncio que tentou nos calar e gritar uma nova epistemologia do conhecimento, um novo modelo de sociedade no qual as existências e produções das mulheres negras não sejam apagadas, mas que coexistam de forma justa na história da humanidade.

Referências

ALMEIDA, S.L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte(MG): Justificando, 2018.

AKOTIRENE, C. **O que é**



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulheres, Raça e Classe

- interseccionalidade?** Belo Horizonte(MG): Justificando, 2018.
- BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte- MG: Letramento: Justificando, 2018.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento, **Estudos Avançados**. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- HOOKS, Bell; A teoria como prática libertadora. In: _____ **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 935-952, 2014.
- PAULINO, M.I. Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo de feminismo negro?** Justificando e Companhia das Letras: Belo Horizonte, 2018.